

O SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SOCIAL SERVICE IN THE DEFENSE OF PERSONS WITH DISABILITIES

DIAS, Denise Cecilia Rosa¹; **CRUZ**, Jordânia da Silva²; **FERNANDES**, Lucrecia Alves³; **PAINS**, Márcio Estevão⁴; **SILVA**, Édar Jessie Dias da⁵.

RESUMO

Este artigo visa analisar a proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, ao abordar a história das concepções ideológicas sobre corpo perfeito, que inicia nos padrões de beleza advindos da Grécia e Roma, culminando na contemporaneidade. Abordou-se os avanços legislativos e mudanças sociais, percebeu-se conquistas e processos segregatórios. Dessa forma, o trabalho buscou fornecer uma visão crítica sobre a viabilidade de melhorias e as implicações legais e éticas de práticas que corroborem com qualquer tipo de exclusão, preconceito e negligência, em conjunto com a atuação do Serviço Social. Para isso, utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência. Acesso aos direitos. Corpos Perfeito. Defesa Intransigente

ABSTRACT

This article aims to analyze the protection and defense of the rights of people with disabilities, by addressing the history of ideological conceptions about the perfect body, which begins with the beauty standards originating in Greece and Rome, culminating in contemporary times. Legislative advances and social changes were addressed, and achievements and segregation processes were noted. Thus, the work sought to provide a critical view on the feasibility of improvements and the legal and ethical implications of practices that corroborate with any type of exclusion, prejudice and negligence, together with the work of Social Services. For this, bibliographic research methods were used.

KEYWORDS: Person with Disabilities. Access to Rights. Perfect Bodies. Uncompromising Defense

¹ DIAS, Denise Cecilia Rosa. Graduação em Serviço Social, no Centro Universitário – FacUnicamps. E-mail: denisececlia8@gmail.com.

² CRUZ, Jordânia da Silva. Graduação em Serviço Social, no Centro Universitário – FacUnicamps. E-mail: jordaniascruz30@gmail.com.

³ FERNANDES, Lucrecia Alves. Graduação em Serviço Social, no Centro Universitário – FacUnicamps. E-mail: lucreciafernandes2008@hotmail.com.

⁴ PAINS, Márcio Estevão. Graduação em Serviço Social, no Centro Universitário – FacUnicamps. E-mail: estevaopains@gmail.com.

⁵ SILVA, Édar Jessie Dias da. Mestra em Serviço Social. Professora no Centro Universitário – FacUnicamps. E-mail: edar.silva@facunicamps.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

O estudo foi motivado pelo interesse de conhecer a trajetória histórica das pessoas com deficiência, a conquista de seus direitos, a forma como a discriminação se formula com o decorrer da época e entender a importância da atuação do assistente social frente a expressão

da questão social que é a discriminação, a falta de inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência.

Compreendemos que o resgate histórico se faz necessário para ampliar conhecimentos sobre as diferentes concepções em relação a deficiência as quais direcionam a elaboração de planejamentos de intervenções sociais econômicas e políticas.

A partir dos diferentes autores, suas obras e estudos, utilizados na elaboração desse Trabalho de Conclusão, percebemos que cada contexto, histórico, mundial e na realidade brasileira, além das suas particularidades. Mas, de forma enfática, identificamos que a partir do capitalismo, essa segregação foi mais intensa. Isso se deu pelo fato de a PCD não ter lugar de acesso para estudar, para trabalhar, o que contribuiu com o aumento da pobreza e situações de exclusão.

Nosso estudo teve como problematização a seguinte questão: As pessoas com deficiência tem acesso aos seus direitos atualmente? De que forma o Serviço Social pode contribuir com o acesso desses direitos? Para buscar respostas, ou aproximar da realidade, tivemos como objetivo geral: Analisar a atuação do serviço social na defesa da pessoa com deficiência e a intervenção. Os objetivos específicos que contribuíram para alcançarmos a proposta do Trabalho foram: I. Contextualizar a história da pessoa com deficiência na história da sociedade brasileira; II. Conhecer os aspectos legais na defesa da pessoa com deficiência; III Pontuar sobre a intervenção do serviço social junto a pessoa com deficiência.

Escolhemos desenvolver o estudo a partir da pesquisa bibliográfica, que possibilitou conhecermos o que existe na literatura sobre o assunto: História da Pessoa com Deficiência. Dessa forma, contribuiu também para ampliarmos a compreensão sobre o Serviço Social na Defesa Intransigente da PCD.

Por fim, consideramos que a temática é relevante, visto que, embora avanços significativos tenham sido feitos nas últimas décadas, ainda persistem práticas de segregação e atitudes discriminatórias em relação aos PCDs. Isso é essencial para que o Serviço Social continue a trabalhar na promoção da inclusão, na garantia de direitos e na eliminação das barreiras que ainda persistem na sociedade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A diversidade humana sempre existiu e a história revela o percalço da difícil convivência entre os diferentes, hoje numa sociedade democrática que pressupõe liberdade e

igualdade de direito, existe efetividade, interação e integração na diversidade. O que nos leva a classificar pessoas produzir hierarquias e diferentes atribuições de valor, sobre discriminação e preconceito ainda muito arraigado, seja nas relações raciais nas questões de identidade de gênero ou no descaso coletivo em relação as pessoas com deficiência. As pessoas com deficiência por muito tempo foram vistas com desprezo pela sociedade, sendo submetidas à exclusão e confinadas pela família. Essa visão ainda se encontra em processo de desconstrução.

2.1. A Perspectiva Relativa da Ideia do Ser Perfeito

Silva (2007) em sua obra, “Zeus e a Lógica do Mito” descreve a respeito das mitologias gregas e o pensamento místico sobre elas, observando as histórias e o contexto histórico-sócio-cultural em que estavam inseridas, podendo então entender o início da idealização do corpo perfeito e o que deveria ser considerado normal. Para Silva (2007), os mitos são projeções do inconsciente coletivo, suas narrativas falam dos arquétipos que são conteúdos presentes em qualquer tempo e lugar, por isso, a mitologia ensina através das histórias de deuses e heróis imortais não somente os caminhos que devemos seguir, mas também os que devemos evitar.

Silva (2007) destaca que as obras artísticas que representam deuses e deusas, assim como a de Vênus, conforme o autor, são modelos ideais que ilustram uma espécie de perfeição que todos os humanos estão impedidos de alcançar, a ideia de que nós podemos alcançar a perfeição é muito recente, surgindo na medida em que essa dicotomia entre o ideal e os humanos vai se consolidando. O ideal sendo os deuses e semideuses, as figuras mitológicas sendo substituídas pelo ideal do homem normal a natureza do corpo normal, foi um processo longo que durou um século, sendo XVI a XVII, para se constituir e se organizar em ideias e teorias, tanto sobre a natureza como sobre o ser humano.

Além das obras artísticas o corpo perfeito não era impregnado apenas nas artes, mas também nos esportes, como os feitos em Olímpia, mas também na religião com seus dogmas da época, onde corpos que não eram perfeitos, sendo por não terem algum membro ou algo intelectual, tais almas eram impedidas de irem ao céu, pois os deuses e deusas eram perfeitos, e assim os humanos também deveriam ser (SILVA, 2003).

Platão reconhece que a imperfeição da humanidade é inerente à própria natureza humana e coloca-a na alma. A negação da imperfeição humana resultou, na teoria platônica, na afirmação de um deus absolutamente bom, perfeito, imutável e naascense da alma. Platão, indo além dos elementos sensíveis negativos, reconheceu a imperfeição humana, a imperfeição da própria natureza humana. (SILVA, 2003, p.69)

Conforme Silva(2003), quando o homem se reconhece como ser social e político na

Era Clássica no século V e passa a perceber e assumir os elementos negativos do mundo sensível que são a alma, consciência e a moral, o homem nada é além do que ele é e se faz, se expressando na forma dos sentimentos, nas virtudes e nos defeitos. O homem é antes de tudo aquilo que projeta vir a ser, quem somos nós; como que funcionamos; como é nossa a nossa espécie e como que podemos usar tantos méritos que ao mesmo tempo causam destruição.

O autor Gombrich (2008) também traz em sua obra, "A História da Arte", o conceito do qual explora a palavra normalidade no vocabulário ocidental, tendo relação com a modernidade e a construção do estado e nação. Para o autor a idealização do corpo perfeito é iniciada no século XVII com as manifestações artísticas presente nas pinturas Renascentistas⁶, trazendo em imagens e representações o que é belo, a beleza que deve ser seguida e buscada, citando como exemplo as obras: Nascimento de Vênus, feito pelo artista Sandro Botticelli em 1485; e as obras de Miguel Ângelo, A Criação de Adão, sendo feita por volta de 1511 e O Escravo Agonizante em 1513.

Hesíodo (século VIII) em seu livro "Teogonia", discorre que o universo procede da terra primitiva que era uma unidade e todos os seres, isso significa homens; deuses; plantas; montanhas; mares e astros, todos têm a mesma origem. O universo é uma grande família procedente deste núcleo inicial da terra, é um pensamento cíclico: a vida prossegue da terra e retorna para a terra.

Conforme o autor, o grego antigo entendeu que a natureza tem o número da beleza que é de 1 para 1.618, os animais estão nessa medida e as plantas estão nessa medida e a via láctea está dentro dessa proporção. A melhor palavra para o sinônimo de beleza para os gregos é a harmonia, senda ela, o conjunto de proporção mais assimetria e equilíbrio, se há essas três prerrogativas tem-se algo que é belo e o belo é agradável.

Goffman (2004) em sua obra "Estigma", aborda sobre aspectos físicos de como o corpo humano, e como a sociedade pode rotular esses aspectos como algo negativo ou

⁶ O renascimento foi um período cultural da história europeia, que retomou as influências da antiguidade para se contrapor à produção cultural da idade média, nos séculos XIV e XVI, tendo a Itália como principal referência geográfica. Basearam-se as ideias do humanismo e do racionalismo, procurando opor-se aos valores medievais, contudo sem negar a religião. Foi o momento em que o comércio e as cidades voltaram a se fortalecer, permitindo também o primeiro grande passo da ideologia burguesa (CHAUI, 2002).

positivo, o livro traz uma perspectiva sobre a sociedade contemporânea e suas reações com as mais variadas formas corporais existentes.

O autor expõe que na Grécia antiga as pessoas eram marcadas com corte ou fogo para ficar evidente algo de negativo naquele ser, que deveria ser desprezado pela sociedade; como um escravo ou um criminoso. Essa marca corporal era chamada de estigma. Tal marca rotulava como a sociedade deveria agir perante as pessoas marcadas.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e os naturais para os membros de cada uma dessas categorias. [...]. Baseando-nos nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. (GOFFMAN, 2004, p.5).

Em Atenas quando uma criança nascia o pai celebrava com uma festa e os costumes exigiam que ele logo após o nascimento tomasse a criança nos braços e a levantasse solenemente para mostrá-la aos parentes e amigos iniciando-a no culto aos deuses, a festa terminava com um banquete familiar. Quando esta comemoração não acontecia era sinal de que a criança não sobreviveria e cabia ao pai o extermínio do próprio filho, aquelas que escapavam a esses costumes eram abandonadas e sujeitas à própria sorte (SILVA, 1987).

Quando nascia um bebê em famílias importantes de Esparta, pelas leis da época o pai era obrigado a levar a criança ainda bem pequena para que fosse apresentada e examinada por uma comissão formada por anciãos que se reuniam para conhecer o novo cidadão. Essa prática acontecia em Esparta por volta do século IV a.C., o local onde ocorria a reunião era desconhecido e os anciãos anotavam todos os dados que identificavam, se a criança fosse forte e saudável era devolvida aos pais para que ficassem com ela até por volta dos sete anos, quando então o Estado tomava para si a tarefa de educá-la e transformá-la em um guerreiro (SILVA, 1987).

Roma deixou um grande legado em vários campos principalmente quanto às leis, aos avanços praticados na Medicina, os progressos em termos de saúde pública, como por exemplo a farta quantidade de água potável, as latrinas públicas, a rede de esgoto, que garantiram a prevenção de muitas deficiências causadas ou males que poderiam deixar sequelas. No entanto, nem todas as crianças com deficiência foram mortas, muitas delas eram abandonadas em cestas com flores às margens do rio Tibre, os escravos e pessoas pobres que viviam de esmolas ficavam à espera dessas crianças para criá-las e mais tarde utilizá-las como meio de gerar o sentimento de pena e assim conseguirem arrecadar mais esmolas (SILVA, 1987).

Na Roma Antiga a esmola chegou a ser um negócio muito rendoso, a tal ponto que

houve épocas em que muitas crianças foram raptadas ainda muito pequenas para serem mutiladas e servirem como pedintes em templos, praças e ruas de Roma. Já no tempo do rei César, as pessoas com deficiência eram tratadas como bobos, os outros muitas vezes eram usados para o trabalho em circos romanos, fazendo tarefas simples e muitas vezes humilhantes e degradantes (SILVA, 1987).

Anderson (1974) em sua obra “Passagens da Antiguidade ao Feudalismo” enfatiza que na Grécia antiga ao contrário da filosófica Atena, o Estado espartano lançava ao mar ou em precipícios crianças que indicavam sinal de qualquer limitação física, já para os egípcios era diferente, suas múmias, papiros e pinturas revelam que eles possibilitavam não apenas a vida, mas também o tratamento aos indivíduos com alguma deformidade física, intelectual ou sensorial.

Chaui (2002) em sua obra “Filosofia”, traz os processos históricos que a arte entrelaçada a história percorre a respeito da sociedade e como se desenvolve. No âmbito das artes percebe-se sua influência nos meios sociais, onde na idade moderna é introduzida a percepção sobre mecânica e como o corpo humano além de belo deve ser funcional e lucrativo, pois neste mesmo período é iniciado o desenvolvimento do trabalho.

As palavras *mecânica* e *máquina* vêm do grego e significa estratagema engenhoso para resolver uma dificuldade corporal. Assim, a alavanca ou a polia são mecânicas ou máquinas. Qual é o estratagema astucioso? Fazer com que alguém fraco realize uma tarefa acima de suas forças graças a um instrumento engenhoso (CHAUI, 2002, p.145).

Após o período da Renascença o corpo perpassa a função da beleza e do atletismo e passa a desempenhar uma função que produz lucro, assim sendo o trabalho, onde é vendido não somente sua mão de obra e tempo, mas, também a execução de uma atividade. A percepção sobre o juízo do gosto aceitável para a sociedade é medida conforme a junção do belo e do útil, sendo o corpo visto como uma verdadeira máquina, devendo desempenhar papéis mecânicos para adequar-se ao mundo do trabalho. A arte do período moderno não expressa a realidade e sim a busca pelo excelente e pelo além, impregnando então o pensamento idealizatório pela busca do inalcançável (CHAUI, 2002).

O trabalho não só produz lucro, mas também passa a instruir a sociabilidade e a vida comunitária. Inserindo na vida cotidiana processos burocráticos e padronizados para a vida em coletivo, sendo através de normas ou critérios em variados lugares, por exemplo, escolas, instituições governamentais, o mercado de trabalho e o acesso a cidade. Não são todos os que se encaixam nessas normas e padrões cotidianos, pois, cada pessoa tem a singularidade do seu ser e diferentes necessidades (CHAUI, 2002)

O autor Heidegger (1927), em sua obra “O Ser e o Tempo” faz uma análise acerca do

ser humano e o mundo, trazendo em sua teoria o termo *dasein*, que significa estar aí e ser aí, presença a fim de libertar-se do pressuposto metafísico que estão contidos na definição do ser humano, como um animal racional. O ser humano, portanto, é ontológico⁷, sendo o único que compreende o sentido do próprio ser.

O autor pontua que o termo *dasein* traz a reflexão interna sobre a dualidade do ser humano, entre o assumir ou recusar; escolher ou conquistar, levando em consideração o tempo em que se está inserido, não podendo então, o ser humano estatuir sua essência. Também, descreve que não se deve simplificar a existência de cada um e sim compreender a complexidade que existe em cada ser, assim, fazendo uma análise completa estruturando uma possibilidade de compreensão digna e eficaz. Ainda pontua que o ser não deve olhar somente para o presente, pois, não nos permite avançar com as infinitas possibilidades que podem ocorrer, ou seja, a deficiência ou qualquer outra situação pode acontecer a qualquer momento. Necessitando então pensarmos em um contexto de amplas possibilidades.

A pessoa com deficiência não podia mais ser assassinada, pelo contrário, deveria ser mantida em cuidado, assim, a rejeição da antiguidade se transformou na idade média na ambiguidade de proteção e segregação graças ao Cristianismo. Em nível teológico esta conduta significou um dilema entre a caridade e o castigo, que é a marca da atitude medieval diante da deficiência mental. A solução que parte do clero deu a essa problemática foi atenuar o castigo, transformando-o em confinamento, pois, mesmo que esse procedimento gerasse desconforto e promiscuidade, atendia aos requisitos cristãos da época. Segregar significava fazer caridade porque garantia moradia e alimentação da pessoa com deficiência na época 1476 a 1453 (RODRIGUES, 2017).

Também no Cristianismo a pessoa com deficiência passa a ter alma o deficiente, tendo essa condição não podia ser eliminado, abandonado ou maltratado, porque essa atitude seria inaceitável à moral cristã. A partir daquele momento, os deficientes tornaram-se filho de Deus e seres humanos como todos os outros. O Cristianismo trouxe novos valores éticos às pessoas estabelecendo certa tolerância e uma conduta caritativa e até mesmo cautelosa para com as

⁷ Ontologia do grego *ontos* ente e *logia* discurso lógico no conjunto da ciência do ser é o ramo da filosofia que estuda conceitos como existência ser devir e realidade inclui as questões de como as entidades são agrupadas em categorias básicas e quais dessas entidades existem no nível mais fundamental. A ontologia é as vezes referida como a ciência do ser e pertence ao maior ramo da filosofia conhecido como metafísica (HEIDEGGER, 1984).

peessoas com deficiência, seguindo o mandamento bíblico cristão de amar ao próximo (RODRIGUES, 2017).

Weber (1864), em seu livro “Ética Protestante” explicita que o aspecto dogmático do protestantismo foi inseparável do capitalismo, porque trouxe para o capitalismo aquilo que era indispensável para a exploração do trabalho fazendo com que fosse uma virtude suprema e a preguiça um pecado. Para conseguir que todas as energias dos indivíduos e trabalhadores fossem exclusivamente dirigidas e focadas no trabalho criou-se estratégias para reprimir todos os outros desejos, tendo no trabalho sua idealização total, e para dar conta dessa realidade necessitava ter um corpo perfeito, sinal de saúde e prosperidade, na lógica do capital.

Segundo o autor Cavazzani em sua obra “Tendo o Sol por Testemunha” em 2015, especifica que a partir do século IX o cristianismo introduz os princípios da caridade e do cuidado, com isso essas pessoas com deficiência passam a viver em instituições e hospitais, sendo isoladas e apartadas da sociedade. O ápice desse fenômeno ocorreu no período moderno com o processo de urbanização que ficou conhecido como a roda dos expostos ou tornos nos muros dos conventos, depois chamados pelo mundo ibérico na Espanha e em Portugal como Santa Casa de Misericórdia, que surge como uma tentativa de não coibir esse fenômeno de abandonar as crianças, mas de reagir a ele. A roda dos expostos é um feito da catolicidade europeia, essa ideia passa a ser ligada com a condenação das relações conjugais ocorridas fora do âmbito dos casamentos e sacramentados pela igreja católica.

Conforme o autor, este fato gerou complexidade numa sociedade estratificada que estava em processo de formação que é Brasil, também estando inclusive em outros países da América Latina e Europa. No Brasil colônia este fenômeno passou a atender como uma forma de controle social que misturava tanto o poder secular e o poder religioso, que buscava cada vez mais impor os costumes conjugais controlado pelo corpo e pela doutrina católica

Monteiro *et al.* (2016) no estudo “Pessoa com Deficiência: História do Passado ao Presente”, discorrem que umadas primeiras legislações que englobam as pessoas com deficiência são os Direitos Humanos. O tratamento das pessoas com deficiência nesta época em questão era interná-las em hospitais psiquiátricos, sendo atendidos não apenas doenças mentais, mas também físicas. Esse procedimento de segregação da sociedade e usar como método, a internação, foi trazida também ao Brasil no período do Império.

Desde a época do Império até o século XX ocorre variações no tratamento das pessoas com deficiência. Com foco na deficiência mental surge os primeiros documentos que amparam

essas pessoas, sendo a Declaração de Direitos dos Deficientes Mentais, sendo feita na Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de dezembro de 1971. Os autores também salientam a respeito das primeiras Entidades que atendiam as pessoas com deficiência, sendo:

Com a influência da medicina na educação dessas pessoas perdurou por volta de 1930, sendo gradualmente substituída pela psicologia e a pedagogia, sendo o educador Norberto Sousa Pinto e pela natureza psicológica de Helena Antipoff nos cursos de formação de professores e por sua atuação frente ao movimento em que é fundada a Sociedade Pestalozzi em 1926 e em 1954, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE. Essas associações têm se destacado no que diz respeito a construção da educação mental no Brasil, com atendimentos educacionais que beneficiam alunos portadores de deficiência mental (MONTEIRO *et al.*, 2016, p.3).

Nesse sentido podemos observar que com o decorrer do tempo o tratamento perante as pessoas com deficiência vai além do tratamento segregado em hospitais e cuidados clínicos, percebe-se a necessidade de ter uma equipe multidisciplinar para os acompanhamentos e atendidos, como os autores citam as profissões que são inseridas nesse meio são psicólogos e professores. Com a criação dessas entidades de atendimento as pessoas com deficiência o atendimento são é somente com elas, mas também com suas famílias (MONTEIRO *et al.*, 2016).

Citando outros movimentos que contribuíram de forma ativa no surgimento e garantia dos direitos da pessoa com deficiência, temos Managuá, em 1993, onde todos os países devem se empenhar em proporcionar condições melhores de vida a todos e seguir os Direitos Humanos. A Declaração de Salamanca, em 1994, que trouxe a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas em busca de um ensino que atenda as características de todos, tendo como método de ensino que busca construir uma sociedade inclusiva e sem discriminações. A convenção de Guatemala, em 1999, que visa a exclusão de todas as formas de discriminação para com as pessoas com deficiência. Declaração de Montreal em 2004, que traz as pessoas com deficiências mentais são iguais de direitos como a todos (MONTEIRO *et al.*, 2016).

Oséculo XXI trouxe mudanças significativas como o comprometimento com os Direitos Humanos a perspectiva de que as diferenças entre as pessoas não podem ser motivo de exclusão, mas, de compreender os direitos humanos como pertencentes a todas as pessoas. Mesmo com a evolução das legislações que servem de amparo e respaldo para a garantia dos direitos, a sociedade e o estado são frágeis em suas ações, onde o preconceito permeia as pessoas com deficiência, dificultando o avanço perante os desafios que a elas são impostos, como a falta de acessibilidade e inclusão na educação e no mercado de trabalho (MONTEIRO *et al.*, 2016).

Cunha (2021) no estudo “Deficiência como Expressão da Questão Social”, reflete que a deficiência é uma questão social na medida em que estão incluídas nesse contexto situações

geradas da convivência humana da construção “geradas como consequência das noções de quais são os corpos produtivos e úteis à produção capitalista” (CUNHA, 2021, p. 303).

A deficiência compreendida como expressão da questão social ocorre, pois ela em muitos momentos é vista como uma questão de desvantagem social. É importante refletir que a socialização dos corpos os molda para lógicas produtivas, e as pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do mercado de trabalho e da sociedade em si. A exclusão não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no sistema capitalista. Aqueles corpos que são identificados como desviantes são segregados ou inseridos em uma lógica que busca a correção de seus desvios (CUNHA, 2021, p. 304).

Conforme Cunha (2021), ao longo da história, houve diferentes concepções sobre deficiência, destacando-se a necessidade de qualificar o que se entende por essa condição. A autora aponta que a sociedade capitalista estabelece um padrão que define a normalidade e a utilidade dos corpos, ressaltando ainda que os discursos sobre o tema não são homogêneos.

Segundo Cunha (2021), antes de definir o que é deficiência, é necessário refletir sobre os corpos e sua utilidade na sociedade, considerando que eles desempenham um papel social e cultural. Dessa forma, os corpos são entendidos como construções simbólicas cujas representações buscam atribuir-lhes significado, não apenas com base em suas características anatômicas, mas também em sua participação na sociedade.

Entre as concepções existentes, há noções de individualismo como estrutura social que produz saberes sobre os corpos, ligados aos discursos no campo da medicina. Os discursos produzidos neste aspecto, tendo como base a medicina clássica, ao falar sobre os corpos separam suas dimensões sociais e políticas da dimensão orgânica. Pode-se dizer que há uma separação entre o corpo e as características que definem sua humanidade e sociabilidade. Os corpos possuem fatores de individualização que se distinguem uns dos outros. Contudo, quando é abordado por uma perspectiva do campo social, em que se trabalham aspectos da representação, o corpo passa a ter características do sujeito. No entanto, os planos das representações também colaboram para manipulações que visam aos padrões de normalidade (CUNHA, 2021, p. 305).

A autora discute também que a utilização dos corpos tem a ver com uma relação de poder, e nesse caso, as diferentes definições tem um conceito histórico, equivalendo cada realidade social, econômica e política. Sendo assim, passam por conceitos de “tragédia pessoal, passando pelas práticas biomédicas de correção de desvios, até a ruptura que considera contextos sociais responsáveis pela experiência da deficiência.” (CUNHA, 2021, p. 307).

Tabela 1 -Concepções e descrições da deficiência

Concepção	Descrição	Autores
Noção de tragédia pessoal ou modelo individual da deficiência	A deficiência como tragédia pessoal abre espaço para o saber biomédico que atua de forma individualizada, intervindo nos impedimentos físicos de modo a consolidar um padrão de normalidade. As discussões no campo biomédico colocam que são os impedimentos do corpo que dificultam a participação na sociedade, necessitando assim de intervenção nos campos da habilitação e reabilitação.	Diniz, 2007
Modelo biomédico	Traz uma visão tradicional da deficiência que a coloca de maneira individualizada e propicia os processos de medicalização, representando os corpos a partir das dimensões anatômicas e fisiológicas. Essa abordagem acaba levando a deficiência para o caminho da patologização, em que a deficiência é compreendida como doença que carece de cura.	Shakespeare, 2006; Breton, 2013
Habilitação e reabilitação	As instituições médicas estão empenhadas nos processos de recuperação dos corpos para o trabalho produtivo. Essas instituições se apresentam para além dos aparelhos ideológicos do Estado, mas também como aparelhos do sistema produtivo. Assim, tanto as ações médicas como os programas de saúde são fundamentais para garantir a reprodução do sistema capitalista. Pode-se analisar a partir dessa reflexão que reabilitar um corpo com deficiência é muito mais do que garantir que este consiga se incluir na sociedade, mas assegurar que ele possa, em algum momento, ser útil para a lógica de produção.	Luz, 2014
Modelo social	Traz a deficiência a partir de um entendimento de construção social e não apenas médica. A deficiência não é mais vista somente por um viés individual, mas também político e cultural. Este discurso foi fundamental para trazer a concepção de deficiência como opressão social.	Oliver e Barton, 2002

Fonte: Elaborado pelos autores com base em CUNHA, 2021.

De acordo com Cunha (2021), o modelo social de percepção da deficiência possibilita tanto a identificação dos sujeitos quanto a elaboração de políticas públicas direcionadas a esse público. Nesse contexto, a deficiência é compreendida como uma condição em que os impedimentos do corpo, ao interagirem com as barreiras sociais, resultam em restrições à participação social.

O movimento que deu início à construção do modelo social da deficiência foi muito importante para trazer a compreensão de deficiência a partir da interação dos corpos com as barreiras sociais. Os precursores desse debate ficaram conhecidos como a 1ª geração do modelo social. Essa geração discutia deficiência a partir do materialismo histórico. Os argumentos se estruturavam com base na opressão social pela deficiência, relacionada à produtividade no sistema capitalista. As estruturas do mundo do trabalho determinavam quem eram as pessoas produtivas, colocando as pessoas com deficiência em um lugar de inferioridade. A UPIAS (*Union of the Physically Impaired Against Segregation*), Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação propunha que deveria haver modificações no sistema capitalista para que as pessoas com deficiência pudessem participar de maneira igualitária no mercado de trabalho. Não são os impedimentos físicos que impossibilitam que as pessoas com deficiência sejam improdutivas, mas, a estrutura da divisão social do trabalho que não se adequava e não se adequa para as diversidades corporais (CUNHA, 2021, p. 310).

Para Cunha, pensar a deficiência na sociedade capitalista é compreender quais são as

prioridades deste sistema. Foi a partir desse sistema, que se estruturou uma forma padronizada de trabalho. “O desenvolvimento do capitalismo trouxe consequência aos trabalhadores, pois a nova forma de desenvolvimento econômico foi marcada pela expansão incansável que refletiu no aumento das jornadas de trabalho em condições precárias” (CUNHA, 2021, p. 311).

É importante refletir também que o capitalismo está em constante desenvolvimento e complexificação das suas relações sociais. Os períodos marcados pelas Revoluções Industriais foram importantes para a modificação da composição orgânica do sistema, que inseriu novas tecnologias visando ao aumento do lucro, ocasionando a redução do trabalho vivo e o aumento da produção. Essa nova conjuntura reduziu os postos de trabalho, sobrecarregando alguns trabalhadores, enquanto outros ficavam ociosos e eram descartados. Os trabalhadores ociosos eram supérfluos à produção e constituíam o Exército Industrial de Reserva. A constituição dos postos de trabalho era determinada pela composição orgânica dos corpos, que conseguem operar máquinas que produzem mercadorias com o tempo de trabalho necessário reduzido. Assim, as pessoas com deficiência também constituem o Exército Industrial de Reserva, pois seus corpos, dentro dessa lógica de produção, são considerados ociosos à lucratividade (CUNHA, 2021, p. 312).

Cunha salienta que, desde o século XV, a proteção social às pessoas com deficiência teve como proposta o afastamento desse grupo do meio social. Segundo a autora, "as pessoas com deficiência não possuem corpos adequados aos padrões de normalidade do modo de produção, estes não eram úteis" (CUNHA, 2021, p. 313). Ao longo da história, prevaleceu a institucionalização dessas pessoas, devido à sua suposta improdutividade para o sistema capitalista, o que resultou em controle, segregação e opressão social.

Conforme a autora com o desenvolvimento do Estado de Direito e as formas de manifestação da sociedade em busca de acessar esses direitos foi possível rever situações de segregação social, como das pessoas com deficiência. A mudança de paradigmas oportunizou pensar em uma sociedade menos segregada e mais inclusiva. Principalmente, para o mundo do trabalho, educação, acessibilidade, e outras questões. Assim, entende-se que não são os indivíduos que são barreiras, mas, são impostas barreiras para sua inclusão na sociedade.

Analisar a deficiência como expressão da questão social é afirmar que ela também possui uma relação direta com a lógica produtiva determinada pelo sistema capitalista, pois a questão social emerge dentro desse contexto. Dessa forma, é importante pensar que a trajetória de discriminação e opressão experimentada pelas pessoas com deficiência é consequência de um sistema produtivo construído com base na acumulação que visa ao lucro. A sociedade capitalista pressupõe um sujeito ideal que seja útil à lógica de produção. Aqueles que são desviantes do padrão de normalidade são discriminizados e segregados da sociedade. As intervenções no campo da deficiência, por muito tempo, tiveram um viés filantrópico e de institucionalização. A consolidação das políticas sociais foi responsável pela mudança deste contexto. As políticas sociais atuais buscam a integração e a garantia da participação social da pessoa com deficiência, de forma que, a partir do momento que essas pessoas conseguem ter acesso a direitos sociais, há garantia do reconhecimento do status de cidadania. Esse reconhecimento ocorreu tardiamente, pois a cidadania está ligada ao acesso às liberdades formais, que em muitos casos se relaciona com a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Por mais que tenha sido tardio, é inegável que o acesso aos direitos fortaleceu este movimento para continuar reivindicando espaço na sociedade em par de igualdade (CUNHA, 2021, p. 318-319).

2.2. A trajetória Histórica da Pessoa com Deficiência no Brasil

Na antiguidade, as pessoas com deficiência sofriam com a exclusão social e a discriminação. Elas eram muitas vezes isoladas e vistas como um fardo. Em alguns momentos da história, elas foram até mesmo assassinadas ainda pequenas, assim que nasciam não tendo chances de viver. Junior e Martins (2010) no livro, “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, discorrem sobre como as pessoas com deficiência eram tratadas na sociedade desde o período colonial. Os preconceitos e a não aceitação da sociedade como sujeito de direitos, as necessidades que reivindicaram e as transformações adquiridas na sociedade através da evolução dos séculos, também os interesses políticos da época.

Os autores, pontuam que registros de historiadores e antropólogos relatam várias práticas de exclusão, inclusive entre os povos indígenas, principalmente, por causa de suas crenças, quando nascia uma criança com deformidades físicas, essa criança era imediatamente rejeitada, acreditava-se que traria maldição a tribo, entre outras consequências.

A pessoa com deficiência, conforme cita os autores, no início do período de colonização, era tratada de forma sub-humana e inferior, dentro do processo de estruturação social, histórico e cultural. As diferenças e desigualdades se projetavam através das singularidades, fossem elas naturais ou sociais. Perpassando pela exclusão total, pela perspectiva religiosa e modelo médico. Com a chegada dos colonizadores europeus (1500-1822), houve forte influência cultural e o reforço à negação humana, ao que não era considerado como o ser perfeito. O conceito dessa inferiorização da pessoa com deficiência, foi sendo construída através de estereótipos, estigmas e pela reprodução contínua do preconceito, gerando abandono e segregação.

Junior e Martins (2010), relatam que no período Imperial (1822-1889), teve início às primeiras ações para atender as pessoas com deficiência com o decreto de nº82 de 18 de junho de 1841, que criou o hospital para tratamento das pessoas alienadas, o hospício Dom Pedro II, vinculado com a Santa Casa no Rio de Janeiro, tendo início seu funcionamento em 1852. A deficiência intelectual era considerada uma forma de loucura, passando a ser tratada em hospícios.

Araújo *et al.* (2012) em sua obra “Serviço Social e a defesa da pessoa com deficiência”, aborda o papel do Serviço Social na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Os autores discutem como a profissão contribuiu para a implementação de políticas públicas inclusivas, ressaltando a importância da atuação do assistente social na garantia de acessibilidade, igualdade de oportunidades e redução das desigualdades sociais enfrentadas por essa população.

Para os autores, durante a República Velha (1889 – 1930), o Brasil passou por

profundas transformações sociais especialmente nas esferas política, econômica e social. A Proclamação da República em 1889 inaugurou um novo sistema político, com a adoção do federalismo e a descentralização do poder, o que resultou em uma nova configuração das elites no poder no campo econômico, o país experimentou a expansão do cultivo do café, principalmente nos estados de São Paulo e Minas Gerais, o que consolidou uma política oligarquia café com leite, beneficiando essas regiões em detrimento de outras. No entanto, essas transformações não se refletiram de maneira igualitária nas condições sociais da população, especialmente entre as classes mais pobres. Durante esse período, o país viveu um processo de modernização somente para as políticas externas, mas para a inclusão social eram ainda incipientes, sendo predominantemente assistencialistas e filantrópicas, estava fortemente vinculado às práticas de caridade. Assim, as pessoas com deficiência eram tratadas mais como objetos de assistência e caridade.

O contexto da República Velha, conforme exposto por Araújo *et al.* (2012), a prática assistencialista era influenciada por ideologias do positivismo e do ideal de modernidade, em que já se considerava o apoio do Estado, mas ainda de forma incipiente, deficiência era vista como limitação frequentemente vista como um obstáculo à produtividade, à ordem social e ao progresso.

Santos (2019) na obra “O Modelo Assistencialista no Brasil” discorre que por muito tempo na realidade brasileira, a assistência às pessoas com deficiência foi abordada na perspectiva da ajuda, eram tratadas como indivíduos dependentes que precisavam de cuidado imediato e à segregação em espaços especializados, como hospitais, asilos internatos. Para o autor, o modelo assistencialista de atendimento às pessoas com deficiência no Brasil tem raízes no período colonial e foi fortalecido no Império e na República Velha. Esse modelo caracteriza-se pelo cuidado e pela ajuda financeira, mas, sem a preocupação com a inclusão social, com a autonomia ou com a garantia de direitos.

Conforme o autor, no Brasil, o assistencialismo foi introduzido ainda na Colônia, quando a caridade religiosa foi a principal forma de atendimento às pessoas vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência. No Império e, especialmente, na República Velha, esse modelo se intensificou com o apoio de instituições filantrópicas e relacionadas à Igreja. A principal preocupação era aliviar a dor e proteger a exclusão, mas sem promover mudanças estruturais que garantissem direitos e acessibilidade. Portanto, o modelo assistencialista foi implantado durante a Colônia, perdurando até a República Velha. Ele estava fortemente ligado à ideia de que as pessoas com deficiência precisavam ser tratadas e cuidadas em instituições fechadas sem que isso representasse um avanço real para a cidadania.

Santos (2019) aponta que, durante a República Velha, a sociedade brasileira estava em processo de modernização, o que levou a uma tentativa de organização e estruturação de serviços para grupos marginalizados, como o caso das pessoas com deficiência. No entanto, a

abordagem assistencialista ainda predominava, pois, a deficiência era vista como uma condição a ser tratada de maneira paternalista e filantrópica.

A assistência social começou a ser mais sistemática porque, no contexto da República, o Estado começou a se estruturar para atender melhores questões sociais, mesmo que de forma ainda muito vinculada ao modelo de caridade. Esse modelo assistencialista, que se reflete nas instituições de caridade, tinha como foco a reabilitação e a contenção das pessoas com deficiência. Ou seja, buscava-se controlar o comportamento e as condições da população, sem, contudo, oferecer condições reais para sua integração social ou cidadania. Esse modelo pode ser caracterizado por uma visão paternalista que, mesmo com boas intenções, limitava o desenvolvimento e a autonomia das pessoas com deficiência (SANTOS, 2019).

As instituições de caridade e filantrópicas não surgiram exclusivamente para atender pessoas com deficiência, mas passaram a ser um dos principais mecanismos de assistência no Brasil a partir da República Velha. Essas instituições, muitas vezes ligadas à Igreja Católica e às organizações civis, já existiam com o objetivo de atender diversos tipos de populações vulneráveis, como os pobres, os doentes, os idosos, e, progressivamente, as pessoas com deficiência. Elas eram uma extensão do modelo assistencialista, onde as pessoas com deficiência eram tratadas como dependentes e objetos de cuidado. Embora algumas dessas instituições tenham um foco maior nas pessoas com deficiência, o tratamento ainda era segmentado e excludente (SANTOS, 2019).

O atendimento nas instituições filantrópicas buscava controlar e conter o comportamento das pessoas com deficiência, com um olhar que via essas pessoas como incapazes de se integrarem plenamente na sociedade. Essas instituições muitas vezes atuavam como espaços de contenção e controle social, onde a deficiência era tratada como uma anomalia que necessitava ser corrigida ou isolada. A contenção e controle referem-se a uma abordagem que estava presente no tratamento das pessoas com deficiência em instituições fechadas, portanto, uma abordagem que não visava à inclusão, mas, ao confinamento e à gestão do comportamento social dessa população. O tratamento era, por vezes, realizado de forma segregada, sem qualquer tipo de questionamento sobre o direito de participação das pessoas com deficiência na sociedade (SANTOS, 2019).

Na obra "A História Do Movimento Político Das Pessoas Com Deficiência" os autores Júnior e Martins (2010) se referem como foi dado início a uma nova perspectiva e mentalidade na urgência de se tratar outros tipos de deficiências e ampliar outros espaços que atendessem não apenas nos institutos educacionais:

No processo histórico de industrialização e urbanização brasileiras, processo iniciado na década de 1920 e aprofundado nas décadas de 1940 e 1950, surgiram por iniciativa da sociedade civil, novas organizações voltadas para as pessoas com deficiência. Essas novas organizações destinavam a outros tipos de deficiência e com formas de

trabalho diferenciadas, por não se restringirem à educação e atuarem também na saúde. (JÚNIOR E MARTINS, 2010, p.33).

Assim, surgem os primeiros estudos sobre a deficiência intelectual e os primeiros movimentos como o pestalozziano e apeano. Se antes a deficiência intelectual era vista como "idiotia" e era denominada com terminologias pejorativas de cunho discriminatório, sob a ótica e tratamento restrito a hospícios, agora ela não era tida como uma "loucura" ou doença da mente, mas sim como um deficit do intelecto (JÚNIOR E MARTINS, 2010).

Como breve contexto histórico do movimento e institucionalização dos movimentos pestalozziano e apeano. Ambos os movimentos se configuraram como precursores institucionais e referência no tratamento da deficiência intelectual e suas particularidades. O primeiro Instituto Pestalozzi foi criado, em 1926, no Rio Grande do Sul, na cidade de Canoas, sob influência do pedagogo suíço Joham Heinrich Pestalozzi(1746-1827), mas ganhou força através do trabalho da educadora e psicóloga russa, Helena Antipoff, desempenhado no Governo de Minas Gerais, criando a Escola de aperfeiçoamento, atuando na educação e institucionalizado o tratamento das pessoas com deficiência intelectual introduzindo e substituindo terminologias que restringiam e estereotipavam as crianças com deficiência, como: “deficiente mental” e “retardo mental”. No entendimento da Helena, o contexto ia além dessa condição de atraso mental e sim tendo se originado na condição de excepcionalidade socioeconômica ou orgânica (JÚNIOR E MARTINS, 2010).

Ao analisarmos o contexto histórico e a conquista do espaço e visibilidade pelas pessoas com deficiência no Brasil, no período onde se iniciava o processo do sistema capitalista até o início da década de 1970, percebemos que o atendimento a esse grupo, era feito com práticas assistencialistas ou caritativas, principalmente por meio de instituições na área da educação ou através de obras de caridade. O Brasil foi o país latino-americano pioneiro na criação de escolas para pessoas com deficiência podendo citar: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. O Estado pouco desenvolveu ações paralelas a esse atendimento e foi a própria sociedade civil que se mobilizou através de iniciativas e organizou durante até a metade do século XX para ofertar assistência voltada às pessoas com deficiência. Podemos citar as instituições Pestalozzi e a Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), onde a assistência prestada é voltada as pessoas com deficiência intelectual e o atendimento focado na educação, psicologia e saúde. Em relação ao apoio aos familiares dos atendidos; foram criados centros de reabilitação citando as: Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), surgidas após o surto de poliomielite, que resultou em vítimas com sequelas e que necessitavam de atendimento especializado (JÚNIOR E MARTINS, 2010).

O movimento apeano também surgiu da ineficiência do Estado, na promoção de ações que garantissem a inclusão das pessoas com deficiência intelectual. E por influência da

americana Beatrice Bemis, que em seu contexto familiar era mãe de uma criança com deficiência intelectual, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, no Rio de Janeiro, em 1954, com a reunião do Conselho Deliberativo da APAE, em 1955, também na cidade do Rio de Janeiro. Durante a década de 60, amplia-se o número de APAEs, no Brasil. É promovido o 1º Encontro Nacional de Dirigentes Apaeanos. E é criada a Federação Nacional das APAES (Fenapes). Assim o movimento pestalozziano estruturou-se até a década de 70, com oito organizações e com a fundação da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (Fenasp), fomentando várias Sociedades Pestalozzi pelo Brasil (JÚNIORE MARTINS, 2010).

Criava-se os primeiros centros de reabilitação física, na Europa e nos Estados Unidos, no pós Segunda Guerra Mundial, da urgência de se atender as pessoas com deficiências físicas, decorrentes dos combates na linha de guerra. Com métodos e técnicas desenvolvidos, outros países buscaram ampliar esses centros de reabilitação em escala mundial, por meio de estudos. Com a finalidade de se direcionar o tratamento e a sua intervenção por profissionais como: fisioterapeutas; terapeutas ocupacionais; médicos; assistentes sociais; psicólogos, no chamado modelo médico (JÚNIORE MARTINS, 2010).

No Brasil, em 1954, surgiu a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), seu fundador assim como os pioneiros e incentivadores dos movimentos pestalozziano e apeano, tinha um filho com deficiência, por ter contraído poliomielite. E ressalta-se que o surto de poliomielite, foi a principal causa dessa mobilização e criação de organizações e centros de reabilitação. Com campanhas de vacinação o índice de sequelas e deficiência provocadas pela poliomielite, foi reduzido, durante a década de 1960. No entanto com o avanço da urbanização e industrialização dentro da perspectiva do consumismo capitalista, aumentava-se deficiências causadas por: armas de fogo; acidentes automobilísticos; entre outros produtos desse processo (JÚNIORE MARTINS, 2010).

Dentro dessa ampliação dos seus espaços de atendimento e um relativo aumento na participação societária, por meio do associativismo, as pessoas com deficiência foram se identificando em suas particularidades e necessidades, se organizando em grupos específicos às suas deficiências, o que levou ao começo de um debate enquanto grupo, juntando-se a outras minorias, o movimento das pautas identitárias, no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Com a importância da pessoa com deficiência se identificar e buscar validar o seu pertencimento e cidadania na perspectiva de totalidade societária, buscando reconhecimento, se mobilizando e aderindo aos movimentos sociais da época.

O autor faz um parâmetro das mobilizações da época, nessa junção das forças e engajamento desses grupos, no período ditatorial do início ao seu término, até a redemocratização do país, com a nova Constituição de 1988 (JÚNIORE MARTINS, 2010).

2.2.2 As Normativas Legais Sobre PCD Pós Constituição de 1988

Corbella Castelo Branco (2024) na obra “A evolução dos direitos da pessoa com deficiência no histórico constitucional brasileiro”, discorre que após o marco da Constituição Federal de 1988, que inseriu as pessoas com deficiência nas legislações brasileiras, alavancou outras leis que servem de amparo e garantia de direitos. De modo geral a Constituição refere a inserção das pessoas com deficiência na sociedade as reconhecendo como igualdade de direitos e a importância da inserção na educação. A discriminação pós constituição é malvista e deve ser detida, assim como é dever do Estado garantir melhor qualidade as pessoas com deficiência e a sua segurança, e promover políticas públicas destinadas a esse público.

Mesmo com as conquistas da Constituição Federal, a teoria se difere da prática, onde as pessoas com deficiência conviviam com a discriminação a falta de acessibilidade e garantia dos seus direitos, sendo vistas pelos meios de comunicação de forma estereotipada, essas questões prejudicavam a luta pela garantia dos direitos. Assim os movimentos sociais têm um papel importante neste sentido, na luta no meio social, do micro ao macro, cobrando os devidos responsáveis por ações práticas e consolidadas na garantia e defesa dos direitos as pessoas com deficiência (CORBELLA CASTELO BRANCO, 2024).

As legislações brasileiras que tratam a respeito das pessoas com deficiência são influenciadas por convenções e legislações internacionais como os Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e encontros da Organizações das Nações Unidas. Reconhecendo a importância do cuidado em sentido multidisciplinar, a inserção em âmbitos variados como a educação e reconhecendo o papel e dever do Estado frente as pessoas com deficiência e a responsabilização há quem descumpra as legislações e tratados internacionais e o impacto que a sociedade civil tem para com eles, devendo colaborar com a integração e combater a discriminação (CORBELLA CASTELO BRANCO, 2024).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13. 146/2015 estando em vigor a partir de 2016 é um marco imprescindível na legislação brasileira frente as pessoas com deficiência, onde inclusive, esse termo passa a ser o correto a ser chamado ao invés de pessoas portadoras de deficiência. O estatuto segue critérios internacionais e passa a reconhecer que a deficiência pode ser a longo prazo, podendo ser essas deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, onde a pessoa pode encontrar limitações que a impedem de conviver de forma plena e integral aos moldes que a sociedade tem, assim, trazendo a necessidade de criar formas que incluam essas pessoas mesmo com suas características e necessidades específicas (CORBELLA CASTELO BRANCO, 2024)

O Estatuto aborda então um tema importante a ser debatido e inserido nas pautas e ações públicas que é a acessibilidade, criando assim meios das pessoas com deficiências que

tem dificuldades ou especialidades de locomoção e mobilidade, tendo que, em locais públicos se adaptarem a essas especificações. Anteriormente ao estatuto em questão temos também a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que discorre a respeito de questões e regras básicas sobre a acessibilidade, sendo destinada as deficiências ao longo prazo ou a mobilidade reduzida (CORBELLA CASTELO BRANCO, 2024).

Tais legislações abordam sobre o repasse e destinação de recursos financeiros públicos para promoção da acessibilidade, porém, mesmo nos dias atuais a questão sobre a acessibilidade é muito fragilizada, onde a mesma não foi aplicada por completo ou de forma que realmente atenda as especificações das pessoas com deficiência, também há a problemática de não responsabilizar ou cobrar de forma intensiva para que essa questão seja feita ou aplicada por todos, sendo órgãos públicos, privados ou civis sendo então um desafio atual sobre as questões das pessoas com deficiência (CORBELLA CASTELO BRANCO, 2024).

A Constituição de 1988 segundo Araújo em seu estudo “A Proteção da Pessoa com Deficiência na Constituição Federal de 1988: a necessária implementação dos princípios constitucionais, feito em 2013 aborda a respeito das leis vigoras após a Constituição, ela cita que a principal fonte da normativa é a igualdade, abrangendo todas as questões como deficiência, raça, gênero, entre outros. A discriminação e a inserção no mercado de trabalho com salários regulares são tópicos contidos na lei, mas a sua implementação é fragilizada. Complementando:

O Estado brasileiro reconheceu, implicitamente, que deixou de apoiar como deveria as pessoas com deficiência. Há inegável falta de locais acessíveis, transporte acessível, não há campanhas para eliminação e prevenção ao preconceito; em resumo, o Estado brasileiro pouco fez para cuidar da inclusão desse grupo de pessoas. Em contrapartida, quando da Constituição de 1988, houve – reconhecendo tal falta de amparo – a instituição das vagas reservadas em concursos públicos, como determinado pelo art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal (ARAÚJO, 2013, p. 6).

O Estado passa a se reconhecer o seu papel perante a essas expressões da questão social e assim criou mecanismos e ações que vão combater a falta de direitos e implementar ações impositivas para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos seus direitos. Uma dessas ações é definir percentual de vagas de concursos que devem ser destinadas a essas pessoas. Isso serviu como base para outros critérios em cargos em empresas privadas segundo a Lei Federal nº 8.213/91, art. 93 e vagas em faculdades públicas. Esse processo contribui para que cada vez mais as pessoas com deficiência tenham acesso ao ensino superior e consigam garantir a sua própria subsistência através do seu trabalho, auxiliando na independência de cada um (ARAÚJO, 2013).

Outra ação do estado frente à esta problemática citada pelo autor Araújo (2013) é a criação do benefício destinado a idosos e pessoas com deficiência que se encontram em situação de vulnerabilidade social e impossibilitados de conseguir subsidiar sua própria sobrevivência ou de sua família, sendo esse benefício assistencial o BPC (Benefício de

Prestação Continuada) assim no inciso V art. 203 diz que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: V – a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a sua subsistência e nem de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (LEI nº 13.146, 2015).

A respeito da acessibilidade o autor reforça a importância do direito de transitar entre todos os lugares da sociedade, as pessoas com deficiência devem encontrar estruturas que a permitam deslocar de um local ao outro com segurança e independência. As estruturas dos meios urbanos e rurais atualmente não contribuem em sua maior parte com a acessibilidade as pessoas com deficiência ou com limitações de locomoção, logo é um direito infligido que estão homologados nas leis § 2º do inciso II do art. 227; Lei nº 10.098 e o Decreto nº 5.29 (ARAÚJO, 2013).

Discorrendo sobre os movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência pela viabilidade de seus direitos os autores Ferreira e Cabral Filho, em 2013 em seu estudo “Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. SER Social” trazem relatos de pessoas que participaram dos movimentos sociais a partir de 1970, segundo entrevistas, os movimentos surgiram com a indignação com a falta de acessibilidade e direitos que eles enfrentavam, assim após os momentos de reabilitação se reuniam para debater a respeito da realidade que enfrentavam. Uma das pautas mais latentes era a segregação, desigualdade e isolamento social, onde para se ter atendimento era necessário uma instituição ou entidade específica para as pessoas com deficiência. Essas discussões alcançaram o protagonismo dos mesmos, servindo de base para criação de encontros e conselhos, podendo citar: I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, Brasília em 1980 e a criação da Coalizão Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes nesta mesma época.

Os movimentos sociais voltados as pessoas com deficiência ganham destaque a partir de 1980, isso foi possível com a ajuda da sociedade, famílias, amigos e apoiadores da causa, assim em 1981 é tido como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, feito através dos marcos históricos tidos a partir das movimentações em criações de leis de amparos, conselhos e congressos, como nesse mesmo ano ocorreu em Recife o I Congresso Brasileiro das Pessoas com Deficiência que trouxe pautas importantes como discriminação, inclusão e direitos

sociais viabilizando melhoria no cotidiano das pessoas (FERREIRA; CABRAL FILHO, 2013).

Mesmo que os movimentos aconteçam pautando problemáticas setoriais e tópicos latentes, com os processos históricos e com a luta das pessoas com deficiência em conjunto com a participação social, o Estado e as legislações andam em pequenos passos de forma a atender as demandas dessa parte específica da população, as lutas viabilizaram as dificuldades enfrentadas no cotidiano, tanto pela discriminação quanto pela falta de inclusão e acessibilidade (FERREIRA; CABRAL FILHO, 2013).

A busca pelos direitos mesmo que frágil e enfraquecida por não ter o acesso total a eles, trouxe avanços e resultados significativos nesta problemática e deve prosseguir para que possamos alcançar de forma plena a dignidade e emancipação das pessoas com deficiência, para que então possam estar em gozo pleno de seus direitos, tendo sua independência e acesso a vida em sociedade, com suas necessidades específicas sendo respeitadas e atendidas (FERREIRA; CABRAL FILHO, 2013).

2.3. Serviço Social e Pessoa Com Deficiência

2.3.1 Projeto ético político

Sgorlon e Suguihiro (2017), pontuam em seu estudo “Projeto ético-político do Serviço Social e seus rebatimentos na profissão”, que o projeto ético-político tem início na década de 1970, indicando o rompimento e crítica da categoria com o conservadorismo que imperava até aquele momento. Em 1979, com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em São Paulo e que marcou a história do Serviço Social ao discutir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da Ditadura Militar, trocando-a por representantes da classe trabalhadora, buscando nova ordem social sem dominação, exploração, gênero ou etnia. Este projeto avança no ano de 1980 estabelecendo o Código de Ética de 1986, reafirmando o posicionamento político dos Assistentes Sociais.

Segundo os autores, este Código apresentou-se como uma carta com normas e princípios, necessitando alcançar teor normativo para responder novos tempos da profissão. A década de 1990 marca a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social em momentos oriundos das políticas neoliberais estabelecidas no Brasil. Esta consolidação se dá por meio do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão.

Para Sgorlon e Suguihiro (2017), este projeto ético-político no Serviço Social tem como núcleo a liberdade como valor ético central, compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa radical da democracia e a da cidadania. Mostrando como a importância deste projeto se materializa nas diversas ações cotidianas.

Iamamoto (2007), em seu livro “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”, pontua que o crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da questão social nessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico.

Ainda na perspectiva da autora, as feições assumidas pela questão social são indissociáveis das responsabilidades dos governos, nos campos monetário e financeiro, e da liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar sem regulamentação e controle, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar na esfera financeira e especulativa. Reafirmando a hipótese antes referida que o predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro.

A intervenção do assistente social na garantia e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tem a partir da regulamentação da profissão, com a Lei nº8662/1993 a sua fundamentação e o seu norteamiento através de seus princípios do Código de Ética Profissional/1993. Refletindo e abordando o contexto socioeconômico das pessoas com deficiência, pelo pensamento crítico e não mais pelo tecnicismo desempenhado e proposto anteriormente, no ápice da ditadura militar. É preciso contextualizar na perspectiva de inclusão das pessoas com deficiência, de seus direitos enquanto grupo prioritário, viabilizando oportunidades de participação social, com equidade, dentro das contradições impostas e materialmente excludentes dentro da lógica capitalista (CFESS, 2019).

Enquanto profissionais que tem a questão social como o objeto de seu permanente estudo e trabalho, no levantamento das demandas e articulação do seu processo de trabalho, com o cuidado de prevalecer o direito de inclusão e na autonomia das pessoas com deficiência. É preciso ir na contra mão do que é a lógica institucional e dos interesses do mercado, que enfraquecem os avanços e conquistas dos direitos das pessoas com deficiência. As contribuições da intervenção dos assistentes sociais, tem ocupado com relevância e protagonismo nas dimensões que imprimem e validam esses direitos sociais, dentro da seguridade social. É legitimar o trabalho do Serviço Social, nas ações que objetivam a inclusão e permanência na prestação desses serviços programas, benefícios sociais, já que a demanda institucionalizada direciona-se no sentido de selecionar socioeconomicamente seus usuários pelas políticas sociais emergenciais e com foco em determinados "públicos-alvo" (CFESS, 2019).

O Serviço Social pautado dentro do seu projeto ético-político, tem como proposta pós

redemocratização do país, o compromisso no contexto social à defesa intransigente dos direitos sociais das pessoas com deficiência reafirmando e se respaldando legalmente durante o seu processo de trabalho, em seu fazer profissional, com ações que possam combater cotidianamente as práticas discriminatórias. O anticapacitismo e/ou quaisquer práticas discriminatórias devem ser combatidos cotidianamente, para que não haja a violação dos direitos previstos e constituídos em CF/88 e a efetivação de políticas públicas (CFESS, 2019).

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Optamos por essa pesquisa pelo interesse de conhecer o que já existe na literatura sobre o assunto, História da Pessoa com Deficiência no Brasil.

Conforme Gil (1991), a pesquisa bibliográfica possibilita conhecer o que existe em discussão sobre a temática. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 1991, p. 28).

As referências pesquisadas contribuiu com a organização do trabalho, e permitiu construir os seguintes tópicos: A Perspectiva Relativa da Ideia do Ser Perfeito; A trajetória Histórica da Pessoa com Deficiência no Brasil; Serviço Social e Pessoa Com Deficiência; A Realidade Goiana sobre a Pessoa Com Deficiência.

As referências oportunizaram também termos acesso a Dados das Pessoas Com Deficiência no Estado de Goiás os quais demonstraram que existe uma demanda a ser atendida sobre os direitos sociais dos PCDs. Porém, não foram identificados dados significativos de História Sobre PCD no Estado de Goiás, apenas informações fragmentadas de difícil entendimento sobre como se deu o contexto das diferentes organizações em Goiás.

Por fim, percebemos que as referências utilizadas, sobre atuação do Serviço Social também foram restritas a uma determinada categoria, deixando ainda um aspecto de discussão fragmentada. Mas, a pesquisa bibliográfica de forma geral permitiu reconhecermos e percebermos que temos que investir em elaborações para ampliar a literatura sobre o assunto da História da Pessoa com Deficiência no Estado de Goiás.

4. RESULTADOS

4.1 A Realidade Goiana Sobre a Pessoa Com Deficiência

As pesquisas em diferentes fontes, com a temática História e Trajetória Histórica das Pessoas com Deficiência no Estado de Goiás, mostram a insuficiência de dados dessas historicidades. As histórias identificadas sobre pessoas com deficiência no Estado de Goiás, foi possível a partir das descrições que as instituições sem fins lucrativos como a Associação Pestalozzi, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), relatam na sua fundação no Estado de Goiás e Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás (ADV-GO).

4.2 O Processo de Organização das Pessoas com Deficiência no Estado de Goiás.

A autora Almeida (1992) em sua tese de mestrado “A Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás: história e crítica”, disserta a respeito dos processos históricos das pessoas com deficiência destacando que nessa trajetória histórica da pessoa com deficiência tem a atenção e amparo realizado foi por meios das instituições e não pelo poder público.

O movimento das pessoas com deficiência em Goiás, como no restante do país, emerge em um contexto sociopolítico marcado pela desigualdade social, corrupção, precariedade nos serviços públicos e exclusão. Inseridos em uma sociedade que marginaliza e discriminatória, esses indivíduos enfrentam as mesmas dificuldades das classes populares, porém de forma agravada por suas condições discriminações (ALMEIDA, 1992).

Com a influência de eventos internacionais e legislações nacionais, o debate sobre inclusão ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que ampliaram as bases legais nacionalmente e consequentemente em Goiás, onde na década de 1990 houve uma intensificação na criação de políticas públicas voltadas para essa população, evidenciando a importância da participação cidadã e o associativismo na conquista de direitos (ALMEIDA, 1992).

Segundo Almeida (1992), o processo de organização das pessoas com deficiência no estado de Goiás apresenta uma trajetória que envolve a mobilização social, conquistas institucionais e muitos desafios no campo da inclusão. Goiás, assim como os demais Estados do Brasil, iniciou a mobilização para organizar e articular as causas das pessoas com deficiência a partir de associações e grupos formados por familiares e com apoio de instituições sociais como o Instituto Pestalozzi (1955), Associação de Pais e Amigos do

Excepcional (1969), a Associação dos Deficientes Físicos de Goiás (1981), Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás (1981). A Associação de Surdos de Goiânia, antes associada ao Instituto Pestalozzi, também ganhou identidade própria.

Essas entidades passaram a liderar a luta pelos direitos das pessoas com deficiência no estado, desempenhando um papel fundamental na articulação de demandas e na promoção de ações que buscavam garantir direitos básicos e reconhecimento social, essa fase inicial foi marcada pela luta contra barreiras sociais e estruturais, como também pela busca de autonomia e visibilidade das pessoas com deficiência no estado (ALMEIDA, 1992).

Apesar das diferenças ideológicas e filosóficas, ao longo da década de 1980 as entidades instituídas em Goiás se uniram para solicitar ao Governo Estadual a construção de um Centro de Apoio ao Deficiente e a implementação de um programa para a categoria. Embora algumas reivindicações tenham sido atendidas, as medidas governamentais não alteraram significativamente a situação das pessoas com deficiência, que continuaram sem acesso a direitos básicos como educação, saúde e emprego. A luta pelos direitos continuou sendo impulsionada pelos movimentos de familiares e pelos próprios usuários, que usaram a mídia para denunciar as falhas do governo (ALMEIDA, 1992).

Após 1987, o Governo de Goiás buscou trabalhar em conjunto com os movimentos organizados, mas isso gerou uma tentativa de cooptar e submeter as entidades à sua gestão, enfraquecendo a autonomia desses movimentos, no entanto, surgiram novas instituições motivadas pela credibilidade das associações existentes. Em 1989, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (APADA), focada nos direitos de crianças surdas, e em 1990, o Sport-Rodas Centro de Reabilitação Talma Alvim, que utilizava o esporte para a reabilitação de deficientes físicos. Entre 1987 e 1991, surgiram a Associação de Saúde Mental de Goiás (ASMIGO) e a Associação Pré-Viver, voltadas para a defesa dos direitos dos autistas. As entidades começaram a reivindicar legislações específicas para garantir direitos efetivos, pois ainda não havia leis e normativas legais que abrangesse as necessidades tornando as reivindicações dos movimentos sociais sem efeito, sem respaldo legal (ALMEIDA, 1992).

As leis voltadas para as pessoas com deficiência em Goiás estão presentes na Constituição Estadual de 1989 e nas Leis Orgânicas municipais de 1990. Contudo, muitas pessoas veem essas normas como uma estratégia demagógica do Estado, que simula resolver questões sociais para satisfazer interesses políticos, sem promover mudanças significativas. Isso porque não existe estruturados recursos sociais públicos, como Centros Dias,

Acolhimentos Inclusivos e outros serviços de direito das pessoas com deficiência no âmbito Nacional (ALMEIDA, 1992).

A relação entre o Estado de Goiás e as pessoas com deficiência foi moldada pelo assistencialista, algo que só começou a mudar com a adoção de legislações mais inclusivas e a pressão das organizações civis, principalmente formadas por familiares, que lutaram pela transição para políticas baseadas em direitos para influenciar a construção de uma pauta que abrangesse educação, saúde e transporte.

Almeida (1992) ainda enfatiza que os movimentos politicamente organizados combatem as práticas de segregação, assim, a trajetória histórica de Goiás reflete um processo de resistência e inovação, consolidando direitos e, ao mesmo tempo, evidenciando a necessidade de avanços contínuos principalmente de respostas do poder público,

4.3 Dados das Pessoas Com Deficiência no Estado de Goiás.

O Instituto Mauro Borges em “Estudo - Pessoas com Deficiência no Estado de Goiás, em 2023, fizeram uma análise a partir da Pesquisa Nacional de Saúde-PNS 2019, em parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para trazer qual é o perfil da pessoa com deficiência no estado de Goiás. Abaixo estará os dados obtidos através desta pesquisa.

Gráfico 1 - Faixa etária das pessoas com deficiência em Goiás

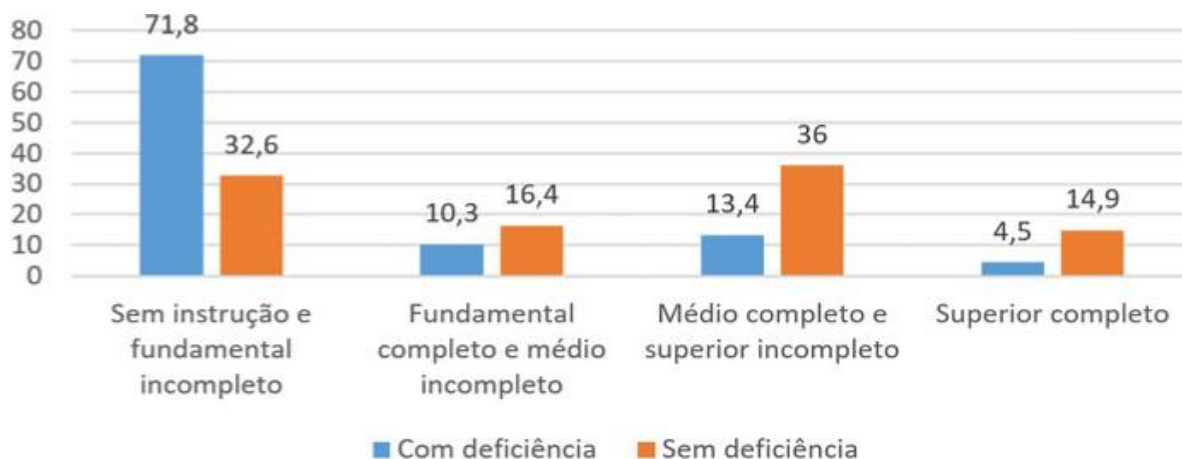


Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

Os dados sobre a faixa etária das pessoas com deficiência são demonstrados através de colunas, o percentual mais alto de pessoas com deficiência são pessoas com 60 anos ou mais e

o segundo mais alto é de pessoas acima dos 40 anos. Nota-se que a população conforme envelhece tende a ter algum tipo de deficiência.

Gráfico 2 - Nível de escolaridade das pessoas com deficiência com 18 anos ou mais no estado de Goiás



Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

Os dados são apresentados através de coluna, onde são computados qual é o percentual das pessoas com ou sem deficiência tem de nível de escolaridade, acrescentando o percentual em relação a idade. Nota-se que as pessoas com deficiência que tem idade superior aos 50 anos não possuem nem mesmo o ensino fundamental completo. Isso reflete a falta de acesso e inclusão das pessoas com deficiência nos ensinos básicos, observando também que dependendo da deficiência e de seu nível, a acessibilidade se torna mais difícil.

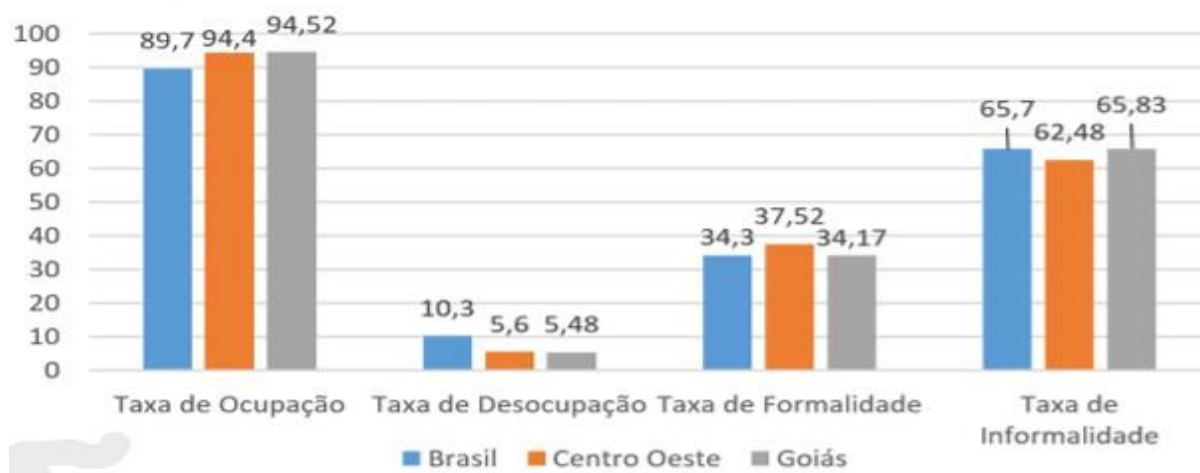
Gráfico 3 - Gênero e cor das pessoas com deficiência no estado de Goiás



Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

Os dados são apresentados em formato de pizza. O levantamento foi feito com pessoas a partir de 2 anos. O percentual de pessoas com deficiência é maioritariamente do gênero feminino e em relação a cor de pele o percentual é maior em pessoas negras.

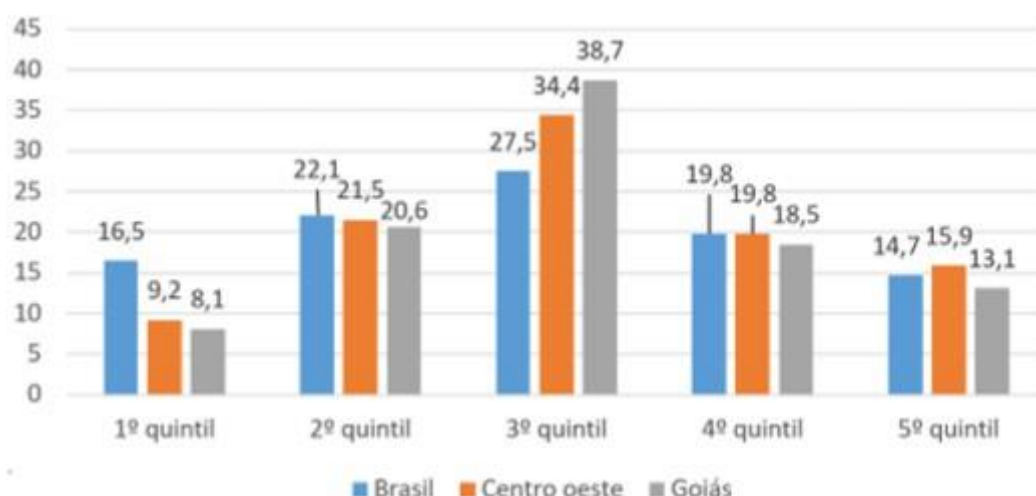
Gráfico 4 - Taxas de inserção ao mercado de trabalho



Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

O gráfico acima expressa através de colunas a taxa de ocupação, desocupação, formalidade e informalidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil, na região centro-oeste e no estado de Goiás que é o foco desta pesquisa. A taxa de ocupação das pessoas com deficiência no estado de Goiás é alta sendo de 94,52%, mas somente 34,17% desses trabalhos são formalizados e registrados e 65,83 não são trabalhos formais. Percebe-se que mesmo que a empregabilidade esteja em alta a maioria não é formal, assim, o ambiente de trabalho pode ser precário e não atender as legislações vigentes, sendo que também, essa porcentagem engloba trabalhadores autônomos que não tem estabilidade que garantam uma renda fixa ou amparo em caso de alguma situação que o impeça de trabalhar.

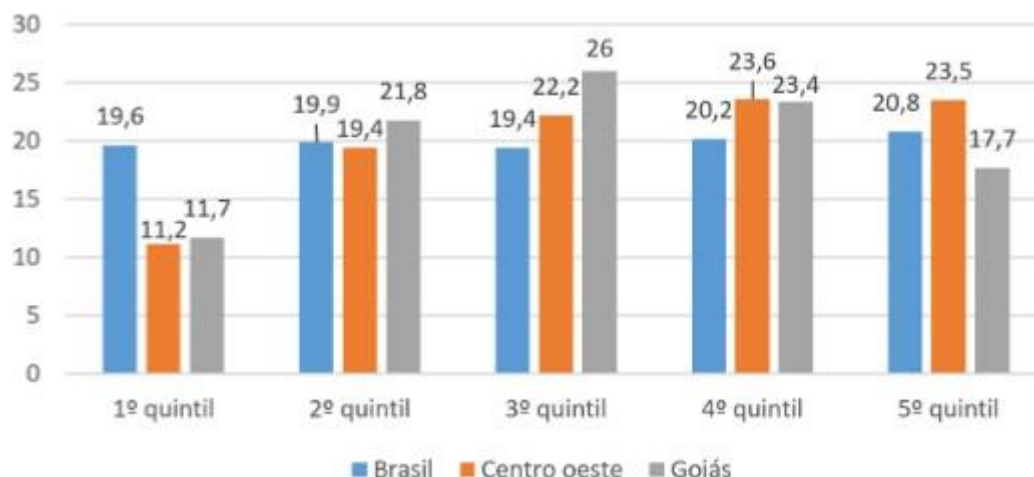
Gráfico 5 - Percentual das Pessoas com Deficiência por quintil de rendimento domiciliar:



Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

O gráfico acima expressa os dados através de colunas sobre o quantitativo da renda das pessoas com deficiência no Brasil, na região centro oeste e no estado de Goiás que é o foco desta pesquisa. O primeiro quintil representa o grupo com menor renda familiar sendo no estado de Goiás 8,1%, o segundo quintil no estado de Goiás com menor renda o percentual de 20,6%, o terceiro quintil com renda mediana no estado de Goiás com 38,7%, o quarto quintil com renda maior no estado de Goiás sendo 18,5% e o quinto quintil sendo a renda familiar mais alta, no estado de Goiás é 13,1%. Observa-se que as pessoas com deficiência em seu maior número possuem renda familiar baixa, apenas o percentual de 31,6 pertencem a uma renda familiar mais alta e favorável.

Gráfico 6 - Percentual de Pessoas sem Deficiência por quintil de rendimento domiciliar:



Fonte: MACEDO; LIMA, 2023.

As colunas acima apresentam os dados da renda familiar de pessoas de não tem deficiência. Nota-se que as pessoas sem deficiência tem no primeiro quintil um percentual

maior do que as pessoas com deficiência. Podendo ser como resposta a esse dado o Benefício de Prestação Continuada que é dado as pessoas com deficiência maiores de 18 anos que não tem como prover sua própria subsistência, benefício que as pessoas sem deficiência não tem. Porém em contraponto as pessoas sem deficiência ocupam maior percentual de renda familiar alta e favorável, logo, observamos que é mais dificultoso as pessoas com deficiência prosperarem e avançarem com o valor de sua renda familiar.

Após essas análises, é importante frisar que são nas relações humanas que surgem as diferentes perspectivas de lidar com o outro, de vivenciar em espaço coletivo, como um ser coletivo e social. Conforme Arendt (1995) em sua obra “A condição Humana”, a qual problematiza a noção a respeito do que é a natureza humana. O eu é a única pessoa de quem não consigo me separar ou deixar, é uma fusão entre o íntimo e o externo, sendo melhor estar de mal com todos do que consigo mesmo. Enquanto travamos o diálogo do estar sozinho ou não estar estritamente só, não estando totalmente separado da pluralidade que é mundo dos homens, assim, designamos no sentido mais amplo, que os homens e a humanidade existem na pluralidade e em seus individuais, sendo uma indicação dessa pluralidade a singularidade de cada ser, logo temos a função política de respeitar a diferença de todos.

Portanto, podemos refletir a respeito da condição humana, a relatividade entre o bem e o mal, sendo que, o que influência e determina a resposta a essa questão são múltiplas, o ser é moldado pelo meio em que vive, por vontades próprias, por normas e padrões impostos a todos e pelo meio socioculturais, assim, a junção de todo conhecimento atrelado à vontade individual de cada ser é o que leva o agir. Lembrando que nossas percepções são variadas e mudadas ao decorrer da nossa existência, não sendo nada perpetuo em relação à vida humana, por isso tantas mudanças na história e evolução da humanidade. Agimos com base em nossas vivências e percepções próprias, alteram o rumo das escolhas que tomamos, sendo elas adequadas para determinada ocasião ou não, apontando a relevância do refletir sobre questões que podem perpassar a nossa capacidade de julgar ou até mesmo de agir (ARENDR, 1995).

Cotidianamente cada um de nós passa por experiências diferentes, sendo elas coletivas ou individuais, mesmo assim tais vivências não podem ser tratadas como determinantes, porque sempre podemos mudar as escolhas que tomamos: Embora os homens estejam destinados a morrer, não nascemos para isso e sim para recomeçar, cada um com sua especificidade e singularidade, devendo respeitar e dar testemunho da singularidade que existe em mim e no meu próximo, iniciando tudo na consciência, norteando melhores agires em relação ao coletivo (ARENDR,1994).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência passam por diferentes situações de segregação no decorrer da história da humanidade. Consideramos que esse artigo alcançou seu objetivo pelo estudo exposto no referencial teórico que trouxe a trajetória histórica da pessoa com deficiência, percebendo que a luta e os movimentos sociais dos PCDs fez com que essa parte da população tivesse avanços em seus direitos e inclusão na sociedade.

Os autores e autoras que foram escolhidos para o presente trabalho, contribuíram com seus estudos de forma ampla, expondo a trajetória histórica e a reflexão crítica sobre a problemática da falta de inclusão e discriminação, o que contribuiu para que possamos ter um entendimento melhor para com essas pessoas e correlacionar a atuação do assistente social em prol da defesa intransigente das pessoas com deficiência.

As primeiras instituições que cuidavam das pessoas com deficiência prestavam apenas serviços clínicos e hospitalares. Com o avançar da medicina percebe-se que a deficiência tem suas diferenças, entre física, mental e sensorial e que também, tais deficiências podem ser causadas por alguma doença ou sequela ou mesmo ser de nascença. Com os progressos dos conhecimentos a respeito da deficiência inicia-se o processo de luta pela inclusão dessas pessoas na educação, na saúde e na assistência que é importante para serem reconhecidos como cidadãos e detentores de direitos.

Após lutas e movimentos sociais através de convenções e encontros mundiais e movimentos nacionais, houve impactos nas legislações e direitos para as pessoas com deficiência. Não deixando de enfatizar a participação das famílias e instituições no fortalecimento dos direitos sociais dos PCDs.

Os processos de inclusão das pessoas com deficiência ainda é um desafio até os dias atuais. O amparo e cuidado para com essas pessoas agora é visto em equipe multidisciplinar, profissões como médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros, são profissionais que atuam frente a essa questão social. Mas o progresso de inclusão e acessibilidade caminha a passos frágeis, onde a discriminação é latente na sociedade, o que prejudica a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e dificultam sua permanência em instituições de ensino.

No estado de Goiás os atendimentos às pessoas com deficiência ainda é realizado por entidades do terceiro setor. Apesar dos processos históricos romperem com algumas barreiras frente as problemáticas das pessoas com deficiência é latente a dificuldade em aplicar as legislações vigentes, sendo elas papel do Estado. Em relação ao Serviço Social frente a esta

demanda , é frágil, pelo motivo que não foram identificados materiais teóricos que expressem e dissertem de forma específica sobre a atuação no Estado de Goiás.

O assistente social frente a esta problemática não deve se abster de sua atuação ético-política, lutando sempre pela viabilidade dos direitos e inclusão social, visando a importância da acessibilidade e a erradicação de qualquer forma de discriminação ou preconceito, sendo um profissional que deve manter-se na luta pela defesa e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, atuando sempre seguindo as legislações vigentes e trabalhando na busca por avanços nesta causa.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D.B. de. **A Associação dos Deficientes Visuais do Estado de Goiás: história e crítica.** Goiânia, 1992. Disponível em:<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Dulce_Barros_de_Almeida.pdf> Acesso em:26 nov 2024.

ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo.** São Paulo. Brasiliense, 1974.

ARAÚJO, C. V. F; LEITE, G. S; LEITE, G. S; LEITE, G. S. (Coords). A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência e seus reflexos na ordem jurídica interna no Brasil. In: **Manual dos direitos da pessoa com deficiência.** São Paulo: Saraiva, 2012.

ARAÚJO, L. A. D. **A Proteção das Pessoas com Deficiência na Constituição Federal de 1988: A Necessária Implementação dos Princípios Constitucionais.** 2013. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois>>Acesso em: 22 nov 2024.

ARENDT, H. **A Condição Humana.** Ed. 7. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1995.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 05 de outubro de 1988.** D.O.U. 05 de out. de 1988. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/civil_03/constituicao/constituicaocompilado.HTML>. Acesso em:23 nov. 2024

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** D.O.U. 06 de julho de 2015. Brasília, DF:Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.HTML>. Acesso em: 23 nov2024.

CAVAZZANI, André Luz. **Tendo o Sol por Testemunha.** São Paulo. Alameda Editorial, 2015.

CFESS. **Assistente Social no Combate ao Preconceito: discriminação contra a pessoa com deficiência.** Caderno 7. Brasília. CFESS, 2019. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>> Acesso em: 02 out 2024.

CHAUI, M. **Filosofia.** Ed. 1. São Paulo. Ética, 2002.

CORBELLA CASTELO BRANCO, C. A evolução dos direitos da pessoa com deficiência no histórico constitucional brasileiro. **Revista da Defensoria Pública da União**, v. 20, n. 20, p. 161-186, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.46901/revistadadpu.i20.p161-186>> Acesso em: 20 nov. 2024.

CUNHA, A. C. C. P. Deficiência como expressão da questão social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 141, maio/ago. 2021. DOI: 10.1590/0101-6628.251. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/pykStjJty9FMZZTDCdgGCcy>> cesso em: 03 dez. 2024.

FEDERAÇÃO DAS APAES DE GOIÁS. Mensagem da FEAPAES-GO na Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla 2024. **YouTube**, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wqSFFcBhyS0>> Acesso em: 17 nov 2024.

FERREIRA, G; CABRAL FILHO, A. V. Movimentos sociais e o protagonismo das pessoas com deficiência. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93–116, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13036>DOI: 10.26512/ser_social.v15i32.13036. Acesso em: 20 nov 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GOMBRICH, E. H. **A história das artes.** Tradução de Álvaro Cabral. 16. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1927.

HEIDEGGER, M. **Vida e obra.** 2. ed. São Paulo: Abril S. A. Cultura, 1984.

HESÍODO. **Teogonia: a origem dos deuses.** Tradução de Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. Disponível em: <https://www.assisprofessor.com.br/documentos/livros/hesiodo_teogonia.pdf> Acesso em: 21 out 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2017.

JÚNIOR, L; MARTINS, M. C. **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MACEDO, M. R.; LIMA, A. F. R. **Pessoas com deficiência no Estado de Goiás, com base na Pesquisa Nacional de Saúde. Goiânia:** Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB, 2023. Disponível em: <<https://goias.gov.br/imb/wp->

content/uploads/sites/29/2024/01/Estudo_003_2023_pessoas_com_deficiencia_no_estado_de_goiias.pdf> Acesso em: 21 nov 2024.

MONTEIRO, C. H. M.; SALES, J. J. A.; SALES, R. J. A.; NAKAZAKI, T. G. **Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente.** Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad, v. 2, n. 3, p. 220-230, jul. 2016. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/riai/article/view/4231>>. Acesso em: 21 nov 2024.

RODRIGUES, L. 10 fatos da história da educação que você precisa saber. 2017. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/10-fatos-da-historia-da-educacao-especial-que-voce-precisa-saber/>> Acesso em: 13 nov 2024.

SGORLON, C. T.da S; SUGUIHIRO, V. L. T. **Projeto ético-político do Serviço Social e seus rebatimentos na profissão.** In: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, 2017, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180073/101_00267.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 nov 2024.

SILVA, J. C. Avelino da. Zeus e a lógica do poder patriarcal. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpe.br/revistas/revistafilosofia/article/view/1234>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SILVA, J. C. Avelino da. **Zeus e a Lógica do Mito.** Goiânia. Deescubra, 2003.

SILVA, O. M. da. **A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje.** São Paulo. CEDAS, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/130604275/A-Epopeia-Ignorada-Oto-Marques-da-Silva-corrigido>> Acesso em: 3 nov 2024.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo. Martin Claret, 1864.